

TRANSFORMAÇÃO DA TRADIÇÃO DISCURSIVA “REQUERIMENTO”: SÉCULOS XVIII E XX

Marlos de Barros Pessoa¹

RESUMO: Este artigo compara requerimentos formais escritos do século 18 com o seu modelo do século 20, todos produzidos no Brasil, para mostrar as mudanças nesse tipo de textos administrativos. Baseado teoricamente na proposta da Linguística de Texto (Van Dijk, 1980; Heinemann / Viehweger, 1991), o autor usa aspectos textuais da macroestrutura e da superestrutura e relaciona-os às culturas impressa e manuscrita. Dentre as características da nova tradição textual, o autor destaca a simplificação do modelo e a ordem direta.

PALAVRAS-CHAVE: requerimento; manuscrito; impresso; tradição textual.

ABSTRACT: This article compares formal written requests of the 18th. Century and their model of the 20th. Century, all produced in Brazil, to show a change in this type of administrative texts. Since it is based theoretically on the proposal of text linguistics (Van Dijk, 1980; Heinemann / Viehweger, 1991), the author uses textual aspects of the macrostructure and superstructure and relates them to manuscript and print cultures. Among the characteristics of the new textual tradition, the author highlights the simplification of the model and direct order.

KEYWORDS: requests; manuscript; printed; textual tradition;

1. Introdução

A Linguística Histórica estuda tradicionalmente os aspectos fonéticos, morfológicos e sintáticos das línguas. Nesse sentido, a abordagem se torna muito formal, deixando de lado aspectos que envolvem o uso, a compreensão e os mecanismos responsáveis pela textualidade, fenômenos que, por não se encaixarem nas teorias mais tradicionais, deixam de enriquecer o conhecimento sobre as línguas em séculos passados. Foi a motivação para sair do espaço estreito da preocupação única com forma gramatical, que levou Cherubim (1980, p.16) a escrever que a história dos tipos de textos (em alemão “Textsortengeschichte“) “[...] deveria ser entendida não somente como mudança pragmaticamente orientada de determinados aspectos lingüísticos, mas também como mudança de determinados tipos de textos, no sentido de uma configuração de suas características constitutivas [...]”. Ao se referir a uma segunda possibilidade do papel da pragmática histórica, Cherubim, mais adiante, afirma:

¹ Doutor em Linguística Românica e professor da Graduação e da Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

“A segunda possibilidade diz respeito à história de tipos de textos. Quer dizer, quando, num certo espaço de tempo, se entende que as características constitutivas e/ou primárias de um “anúncio” permanecem as mesmas; que características secundárias mudam, por exemplo, que traços gramaticais persistem às mudanças; que relações sociais num dado momento são possíveis, comuns ou obrigatórias, ou noutro momento não contam; que aspectos sociais ou culturais, relacionados ao produtor ou receptor, se devem levar em consideração e assim por diante?...” (CHERUBIM, 1980, p. 16-7).

Foi com o intuito de preencher essa lacuna que procurei investigar textos burocráticos produzidos em Pernambuco², do século XVIII brasileiro, e considerados *a priori* como formais, espelhados em tradições de suposta elaboração linguística, em modelos comparados quicá aos literários. Na verdade, este trabalho continua o que venho desenvolvendo dentro da tentativa de ampliar os raios de ação da Linguística Histórica. No seminário de Blaubeuren (Alemanha)³, de julho de 2003, trabalhei as diferenças entre manuscritos e impressos brasileiros do século XVIII e XIX, com o intuito de encontrar motivações para a mudança/diferenciação com base na tecnologia subjacente à produção textual. Agora, enfatizando os aspectos mais mecânicos, no dizer da Filologia, deixei de lado os aspectos que envolvem clareza ou obscuridade de sentido, por exigirem uma reflexão mais demorada e, em consequência, uma busca mais acurada de textos e manifestações responsáveis pelo suposto problema. Enfoquei apenas a superestrutura, por ser mais objetivamente percebida. Os problemas referentes à clareza ou obscuridade de sentido ficarão para um próximo trabalho.

Ademais, este trabalho se insere numa visão histórica mais ampla, que separa o manuscrito do impresso. Dentro desse espectro, procura-se entender como os textos se diferenciam em razão de sua passagem de uma tecnologia a outra. No século XVIII são os manuscritos os únicos textos produzidos no Brasil. Com a chegada do século XIX, começa a se multiplicar o número de tipografias e muitas práticas do manuscrito passam a ser veiculadas pelo impresso. Algumas mudanças vão ocorrer na forma e na organização dos textos (PESSOA, 2003). De outro modo, não podemos esquecer, o impresso vai pouco a pouco servindo de modelo ao manuscrito. Em outras palavras, vão se criando modelos advindos dessa tecnologia, o que vai favorecer, por exemplo, uma nova visão da pontuação, da grafia e da paragrafação. Consequentemente, o ensino e os modelos apresentados comportam essa influência, concorrendo para uma tentativa de uniformização de certas características das duas tecnologias. Nesse sentido, é lícito, do ponto de vista histórico, uma comparação entre o requerimento do século XVIII e o de hoje.

² Os textos da amostra de requerimentos aqui apresentados compõem um *corpus* de manuscritos reunidos no Núcleo de Estudos Históricos de Manuscritos e Impressos (NEHMI), do Dep. de Letras-UFPE, coletados por bolsistas do PIBIC no arquivo de documentos históricos do Dep. de História, também da UFPE.

³ Colóquio realizado na cidade de Blaubeuren, no âmbito do PROBRAL (CAPES-DAAD), sobre aspectos sincrônicos e diacrônicos do português brasileiro em 2003. V. Pessoa (2003). *leitura e a produção textual*, o que significava que a circulação de material escrito estava restrita a uma minoria.

2. Contexto histórico

O Brasil do século XVIII é possessão da coroa portuguesa, submetido à metrópole. Nesse período o país tinha passado por um tratamento mais especial por causa da ação do Marquês de Pombal, que visava a elevar o Brasil economicamente como forma de salvar o Reino português. Dentro desse quadro, a língua portuguesa ganha maior atenção como forma de combate à língua geral. Por isso, não é demais dizer que é exatamente nesse século que o uso da escrita se expande na colônia, no seio de uma camada do funcionalismo público em crescimento, que passa a usar a língua escrita.

Como se sabe, o Brasil não possuía imprensa oficial e a produção de textos se dava manualmente, o que quer dizer que a difusão de textos era muito mais lenta e o processo de alfabetização, pela ausência do impresso, era extremamente prejudicado. Nesse contexto, a inexistência de uma imprensa e de uma rede de escolas limitava a

3. Tradições discursivas (TDs)

A denominação “tradições discursivas” chama a atenção para um determinado aspecto da história dos textos. A alusão à tradição implica nesse caráter histórico e os assemelha à contingência histórica das línguas numa hierarquia que se coloca entre o universal e o individual, como se pode depreender da repartição tripartite adotada por Coseriu (1992²). Embora os textos, enquanto conjunto de características que os filiam a uma determinada família, sejam independentes das línguas históricas específicas, eles se estabelecem historicamente e, por isso, estão sujeitos a mudanças ao longo do tempo.

Submetidas às contingências históricas das línguas, as tradições discursivas passam por alterações e, considerando que essas tradições não nascem do nada, Koch (1997), com base em Wilhelm (1996), destaca três formas de inovação:

- a) inovação por diferenciação de tradições culturais;
- b) inovação por mistura de tradições culturais;
- c) inovação por convergência de tradições culturais.

No primeiro caso, tem-se a possibilidade de uma tradição discursiva se diferenciar ao longo do tempo; no segundo, duas tradições que permanecem ao longo do tempo diferenciadas, durante seu percurso histórico, permitem que alguns de seus traços se combinem numa nova formação de tradição; num terceiro caso, duas tradições diferenciadas, que desaparecendo, se transformam numa terceira tradição.

Incluindo-se em: a) “inovação por diferenciação de tradições culturais”, este trabalho vai obedecer à seguinte estrutura: 1) Introdução; 2) Contexto histórico; 3) Tradições discursivas; 4) A TD *requerimento*: denominação e caráter institucional; 4.1) A superestrutura da TD *requerimento*; 5) O requerimento no século XVIII e sua

superestrutura; 6) Aspectos pragmáticos; 7) Indícios da mudança da TD *requerimento*; 7.1) Simplificação da superestrutura; 7.2) Mudança do verbo e da ordem no contexto; 8) Uma inovação: os semi-impressos; 9) Conclusão; 10) Bibliografia.

4. A TD *requerimento*: denominação e caráter institucional

Não faz muito sentido se falar em “requerimento” no século XVIII na forma que o concebemos hoje. Como naquele século as relações eram fortemente assimétricas em face da natureza do Estado português e sua relação com a colônia Brasil, a noção que se tem de requerimento era antes entendida como “súplica” mais propriamente. Isto pode ser observado abaixo:

- Pedimos, Supplicamos, & Rogamos aV. Mage. Real, / pellas chagas de JejuChristo, queyra, como piedozo / Rey, attendendo ao Referido, vzar de charidade com / este necefsitado povo, em concederlhez a agoa pa. bebe- / rem, pello meyo de ordenar ao Gor. destaz capitánias / q⁷. Sem atençaõ acouza alguã em contro. mande / fechar aponte do varadouro, como estava, pa. Reme- / dio vniversal, assim do povo, como das Relligioens, & mo- / radores defora, quevem aesta cide. em quetodos tem / comveniencia , (1)

A TD *requerimento* tem seu nome associado ao verbo que materializa a ação de requerer, pedir. Quer dizer, a denominação dessa TD vem, portanto, do contexto pragmático. É quase unânime o uso hoje do verbo “requerer”, na forma “requer”, diferentemente do “diz fulano”, tão comum no século XVIII, e daí o nome *requerimento*. Por outro lado, hoje, pode-se dizer, o *requerimento* pertence a uma vasta gama de textos que se incluem na esfera da produção de textos oficiais. Embora advenha de um indivíduo particular, ele se integra à esfera burocrática na medida em que esse indivíduo é membro de uma estrutura burocrática, à qual ele está submetido enquanto funcionário ou servidor (não é em vão que é comum aparecer no século XVIII a fórmula “é servido...”). Nesse sentido, o *requerimento* se insere naquele universo discursivo que Van Dijk chama de *institucional* (VAN DIJK, 1980, p. 153)⁴. Vejam-se dois *requerimentos* do *corpus* do século XVIII, para se ter uma idéia do formato dos textos:

- Pernco.
27-8-1739

DizIosephvás Salgado que o Gouor. eCappm. Gnal / daCapitania dePernnco. Henrique Luis Pera. (ilegível) onomeou no / Posto deCoronel do Regimto. das ordenanças daPraça do Reciffe / dePernnco. epor que querhauer aConfirmaçaõ do do. posto / por v. Magde. na forma doEstilho.

⁴ “Es gibt eine Menge von globalen Textstrukturen, die nicht nur konventionell sind, sondern vor allem institutionell: sie beruhen auf Regeln/ Normen einer bestimmten gesellschaftlichen Einrichtung, z. B., der Schule, einer Organisation, der Kirche, der Gemeinde, des Staats usw.“ (VAN DIJK, 1980, p. 153).

P. avMagde. lhefaça mce mandar selhe / confirme a dita Pate.
naformadoEstilho.

E.R. (2)

- 1735

Diz o Procurador da camara davilla de Santo / Antonio do Recife da capitania de Pernco., e os- / moradores da mesma villa que o coronel Dom / Ioaõ de Souza morador taõ bem na mesma lhe fes / doaçaõ da Igreja do Hospital, citto na dita villa, / por Invocaçaõ Nossa Sra. do Paraizo e Sam Ioaõ / de Deos de que he Senhor e administrador, pa. vs Supes. / estabalesserem no dito Hospital huã caza de (ilegível) / na mesma forma q' as que ha no Reyno de Portugal, / e cide. de Lisboa, o q' tudo consta da Escreptura de / doaçaõ junta; epor q' o vallor da dita doaçaõ ex- / ssede a quantia da Ley do Reyno noLo. Ao. 17º 62 / inprincipio querem os Supes. Por obriar nulidades, / fazer injnuar a dita doaçaõ, pa. o q'.

P. avMage. lhe faça mce. man- / dar passar ordem, pa. q' (ilegível) ou- / vidor Gl. desta capitania ou o Iuiz de / fora da mesma faça as deLigcaz. que a / ponta a Ley Supra Refferida no § (ilegível)

E.R.M. (3)

Segundo Ney (1976, p.174), o requerimento pode ser caracterizado hoje “como documento específico da solicitação, no qual o indivíduo se situa como subordinado real ou contingente”. Mais adiante, afirma o mesmo autor: “O texto dos requerimentos é breve. Nele expõe o requerente a matéria que constitui objeto do pedido⁵”. Veja-se o exemplo abaixo:

- SENHOR DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

Sílvio Machado, Professor de Literatura da Universidade do Ceará, tendo logrado ser classificado em primeiro lugar no Concurso de Literatura e Folclore promovido por este Instituto, no ano de 1969, requer a V. Sa. mandar expedir certidão da classificação obtida no referido concurso, dela fazendo constar: título do trabalho com o requerente se apresentou; número de concorrentes; lugar obtido entre os premiados; valor do prêmio que lhe foi conferido; data de encerramento do concurso; e os nomes dos membros; da douta Comissão julgadora, bem como o resumo dos seus votos ou juízos sobre o trabalho do requerente; consubstanciados no Relatório final, submetido á aprovação de V. S^a.

Nestes termos,
Pede Deferimento

(a)..... (4)

⁵ Ney (1976, p.174).

4.1. A superestrutura do TD *requerimento*⁶

Para se entender a história da TD *requerimento*, é pertinente identificar a noção de superestrutura, tal como aparece em Van Dijk (1980). Segundo esse autor, superestrutura é uma espécie de “forma de texto”, cujos objeto e tema, isto é, a macroestrutura, são o conteúdo do texto.⁷ Heinemann/Viehweger (1991, p.163), ao explicarem os tipos de estruturas de textos, apresentam para o *requerimento* uma distribuição em três partes: IT (parte inicial); TK (parte central); TT (parte final). Na parte central TK, localizam-se as ações básicas que caracterizam essa TD:

IT	
TK requerer	fundamentar
TT	

Esquema representativo da estrutura do *requerimento* adaptado de Heinemann/Viehweger (1991)

Ainda de acordo com Ney (1976, p.174), o *requerimento* apresenta a seguinte sequência - que pode ser interpretada como a sua superestrutura, ilustrada aqui em 4:

a) vocativo

SENHOR DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

b) preâmbulo

Sílvio Machado, Professor de Literatura da Universidade do Ceará

c) contexto

tendo logrado ser classificado em primeiro lugar no Concurso de Literatura e Folclore promovido por este Instituto, no ano de 1969, requer a V. Sa. mandar...

d) fecho ou fórmula terminal⁸

⁶ Sem deixar de reconhecer a contribuição de outras disciplinas do campo dos estudos filológicos, que se preocupam com aspectos pertinentes às divisões formais das tradições textuais, opto aqui pela contribuição da Linguística de Texto, base teórica sobre a qual este trabalho se apóia.

⁷ “eine Superstruktur ist eine Art Textform, deren Gegenstand, Thema, d. h.: Makrostruktur, der Textinhalt ist.“ (VAN DIJK, 1980, p. 280).

⁸ Há noutros manuais diferentes formas de se conceber essa superestrutura. V., por ex., Governo do Estado de Pernambuco (1986, p. 134).

Nestes termos,
Pede Deferimento

5. O requerimento no século XVIII e sua superestrutura

Passo a exemplificar agora cada uma das partes da TD *requerimento* no século XVIII, tomando por base a sequência apresentada por Ney (1976:174), de *a a d*, acima apresentada. Esta apresentação servirá de base para o que vem no item 6., que comentará o que mudou na referida TD.

a) O vocativo

Por vocativo deve-se entender Título funcional daquele a quem deve ser dirigido, sem se mencionar, no entanto, o nome do eventual ocupante do cargo. Diversas formas de tratamento aparecem no vocativo, sejam abreviadas ou não:

- Senhor, Snr'., Senhora, Illmo. eExmo Sor., Exmo. e Ilmos. Senhores, Exmo & Ilmos Snres. (5)

b) O preâmbulo

De acordo com o mesmo autor, no preâmbulo, se encontra o nome do requerente, sua nacionalidade, estado civil, residência, profissão... O preâmbulo é propriamente o início do contexto. No século XVIII, entretanto, as informações não são tão detalhadas, podendo aparecer apenas nome, profissão e região do “suplicante”:

- (início do XVIII)

Diz Luis Xavier Bernardo capm. engenheiro das / fortificaçõins daCapnia. da Parahyba no qual posto servea / VMage. Ha mais de catorze annos; que

E.R.M (6)

- (início do XVIII)

Diz Domingos Roiz Carneyro Me. deCampo doterso dos homeiõs pRetos / da guarnisaõ da Prasa de Permco., q' elles Suppe. (7)

Como se vê, o preâmbulo apresenta uma construção formulaica em ordem inversa “*diz/dizem + nome*”. Depois de 1736, entretanto, aparece uma forma “*expoem*”, embora a ordem VS persista:

- Expoem aV Mage. os moradores da cidade de Olinda, com todos / os pobres della, como... (8)

Por outro lado, no texto abaixo, de 1799, vê-se que nem o verbo (*diz/dizem*), nem a ordem são as mesmas:

- Senhora

Os Monges Benedictinos do Mosteyro de Olinda da Provincia do Brazil filia = / ções da congragação de Portugal da mesma Ordem, pa cuja fundação decoro, e es- /plendor tanto se empenharaõ os Augustos Predecessores de Vossa Magestade / dezejando continuar nas mesmas demonstraçoins de lealdade, adhezão, e respeito, / comq' sempre seos maiores se distiguirão para com os seos Soberanos, naõ duvidaõ / prestar-se todos, (9)

Vê-se que o preâmbulo, tal como hoje se pode identificar, é difícil de isolar no século XVIII, porque com a inversão da ordem, o verbo precede o requerente. Daqui se pode levantar uma hipótese: com a denominação que a TD ganhou depois do século XVIII, se passou a identificar claramente o contexto, separando-se, em consequência, o preâmbulo. Ou seja, de um vago “diz”, passou-se a uma denominação determinada, estando este fato aparentemente relacionado à mudança na ordem VS→SV.

c) contexto

Quanto ao contexto: É a parte fundamental do requerimento; a exposição que define o que se solicita. Nos textos do século XVIII, ele vem formalmente marcado pelo **P.** (abreviação de Pede).

- (1722)

P. av. Magde.; q' attendendo ao Referido, epa. / bem do Seu Real Servo.,lhefaçamce Ordenar aoGouor. (10)

Ao lado da forma majoritária **P.**, entretanto, aparecem outras formas verbais com reforço, como vimos em 1):

- Pedimos, Supplicamos, & Rogamos aV. Mage. Real, / pellas chagas de JejuChristo, queyra, como piedozo / Rey, (11)

A passagem abaixo indica também, apesar da ordem inversa, o uso de verbo diferente:

(1773)

Recorre osuppe. aReal / Grandeza deV. Mageztade parapella Sua Paternal / piedade, eReal clemencia SeServir conceder Licença a = / oz Fabricantez Esolla EPernambuco poderem curtir A = / tanadoz, que tantohe de augmento aos Supe., Emaiz fabri / cantes como ao comercio, eRealfazenda EV. Mage. / poiz atodoz He util comoficponderado (12)

Por outro lado, mesmo antes do contexto formalmente indicado, o autor insinua o que pretende, argumentando, sem, entretanto, fazer o pedido, que vai se concretizar na parte encabeçada por **P.**. Veja-se o caso abaixo, quando o requerente apenas alude à concessão de benefícios aos colegas “*Mestres de Campo*”.

- e por q' vs. / Magde. q' Deos gde. foý Seruido acresentar aos demais mtes. deCampo / Osoldo com q' Seruiaõ / q' eraõ vinte e cinco mil rs. / em cincoen / ta cada mez. ficando osuppe. com oito mil rs. q'. somte. tinha / e tem com oseu postto; sem mais outroz pRoes nem pRecalsos por / tanto; - / (13)

Ao final no contexto, o pedido se concretiza sob a forma:

- Ps. avs Magde. pRostado aos Seus pez seyē Serudo. / attendendo aos Seruisos dosuppte., e ao zello com q'. tem fei / tto; fazerlhe mce. deo acrefentar em osoldo deq' Logram / os demais Mestres deCampo (14)

Concluindo, podem-se perceber duas partes do contexto. Uma (*Diz/dizem...*) que serve para explicitar, argumentar; a outra (**P.**), para a solicitação efetiva.

- fórmulas de contexto

Aqui listo algumas construções formulaicas características do contexto

- foi VMage. Servido / Ter Seruido avossa Magde. q'. / Deos gde. (15)
- com tanto / trabalho, ezello do Serviço de Vmage (16)
- Se houue oSuppe. com conhesido valor; zello e cuidado / como consta das certidois / q' vs. / Magde. q' Deos gde. foý Seruido acresentar cuidado, / (17)
- ezello q' consta / portandose nesta ocaziaõ com mto. zello / pello gRande trabalho q' / lhe faça mce. (18)

d) fecho ou fórmula terminal

Por fim, temos a parte que encerra o documento, e compreende: fórmula terminal e, ainda, lugar, data e assinatura. A fórmula terminal mais comum no século XVIII é *E.R.M.(espera[m] receber mercê)*, com variação **E. R.:**

- Ps. avs Magde. pRostado aos Seus pez seyē Serudo. / attendendo aos Seruisos dosuppte., e ao zello com q'. o tem fei / tto; fazerlhe mce. deo acrefentar em osoldo deq' Logram / os demais Mestres deCampo daquelle estado; ou ao / ...

E.R.M (19)

6. Aspectos pragmáticos

A TD requerimento apresenta alguns elementos que ilustram a sua organização pragmática, como interação assimétrica em que estão presentes a autoridade (a quem se dirige um pedido) e o requerente. Outras marcas dizem respeito ao lugar e à data do pedido. Do ponto de vista da ação linguística envolvida, se trata de um apelo, que se caracteriza pela noção de pedir, requerer, e a referência à autoridade se dá através do uso do que chama “tratamento”, marcado na língua portuguesa por uma forma cerimonial do tipo Vossa Majestade. Silveira (2002) destaca o papel da ação, concretizada nos atos de fala, nos ofícios que circulam na mesma esfera burocrática em que circulam os requerimentos:

Nas cartas comerciais e oficiais, além de se verificar uma ênfase na informatividade, deve-se atentar também, e principalmente, para os atos de fala expressivos e diretivos, por meio dos quais o falante tenta

influenciar o comportamento do interlocutor, geralmente utilizando estratégias argumentativas baseadas em elementos que dão legitimidade a esses atos de fala. Nesse caso, as relações interpessoais são mantidas formalmente, e recebem um tratamento de suposta naturalidade, em favor de uma recomendada objetividade. (SILVEIRA, 2002, p. 106).

Em face do tipo de interação em que há uma relação assimétrica, o requerente se dirige à autoridade pela referência a sua qualidade, poder, posse, ou seja, desde o início o requerente deixa claro que reconhece esses atributos, não podendo se estabelecer uma relação de interlocução, por causa da distância que se impõe. A afirmação de Yule (1998, p.11) a esse respeito é esclarecedora:

The Spanish non-familiar version ('Usted') is historically related to a form which was used to refer to neither first person (speaker) nor second person (addressee), but to third person (some other). In deictic terms, third person is not a direct participant in basic (I-you) interaction and, being outsider, is necessarily more distant... using a third person form, where a second person form would be possible, is one way of communicating distance (and non-familiarity...).

Isso explica porque as gramáticas normativas fazem advertências como esta:

pronome de tratamento – Existem ainda formas de tratamento indireto de 2ª. Pessoa que levam o verbo para a 3ª. pessoa. São os chamados pronomes de tratamento:

Você, vocês (no tratamento familiar)

O Senhor, a Senhora (no tratamento cerimonioso)

A estes pronomes de tratamento pertencem as formas de reverência que consistem em nos dirigirmos às pessoas pelos seus atributos ou qualidades que ocupam. (Bechara, 1983²⁸, p.96).

7. Indícios da mudança da TD *requerimento*

Do século XVIII aos dias de hoje, o requerimento sofreu evidentes modificações. Uma primeira observação se torna importante. A passagem do século XVIII ao século XX implica também uma passagem do manuscrito ao impresso. Ora, os requerimentos impressos são, em regra, mais simplificados⁹, o que determina uma mudança na sua organização interna, no que diz respeito a sua superestrutura. No texto de 1789, encontramos as sementes do requerimento do século XX:

- Aos pés de V. Magestade Fidellissi- / ma se prostão o P. prefeito, etodos os mais Religiozos Mifsiona- / rios Capuxinhos de Pernambuco,

⁹ Não podemos esquecer que o impresso passou a influenciar o manuscrito, o que quer dizer que a simplificação aludida se transferiu para o manuscrito, mudando algumas características dessa TD a partir do século XIX.

enviando deste Remoto Paiz os / seos suspiros, ebrados esperão o remedio da oppreção em que vi- / vem....

.....
ou qdo menos seja servda. nada decidir, sem os / Supes enviarem os ditos seos Requerimtos, edocumtos. Nestes / termos. (20)

Pa. a Va. Magestade / Fidelifsima pello Smo. Coraçãõ / deIezus sedigne attender aos / pobres Supes. como Requerem.

Nota-se que o início não tem mais a fórmula característica dos requerimentos do século XVIII **Diz** e no final já aparece a expressão “nestes termos”; o fecho do século XVIII continua “P. a Va. Magestade sedigne atender...como Requerem.”, já com o aparecimento de “requerer”, contrastando nitidamente com aquele “Seja servido”.

É preciso buscar as razões dessas mudanças na estrutura social. Interessantemente esse é um período da história da sociedade portuguesa que Oliveira Martins (MARTINS, s/d) classifica de “anarquia espontânea”. Corresponde à substituição da rainha louca, à invasão francesa, à fuga da família real para o Brasil e 30 anos depois estoura a Revolução Constitucionalista.

7.1.Simplificação da superestrutura

No que concerne ao *contexto*, percebe-se que já depois do *preâmbulo*, e sem demarcação formal, havia uma antecipação do que se ia requerer. O ato de pedir (abreviado **P.**) aparece formalmente marcado, como a deixar claro o que efetivamente se solicita. No século XX, essa marca formal deixou de existir, sendo substituída por uma expressão formulaica típica do fecho “*Nestes Termos/P. Deferimento*”. Vê-se, entretanto, que o P. abreviado permaneceu. Com isso, *preâmbulo* e *contexto* ficaram concentrados numa mesma porção textual, ficando destacados o *vocativo* e o *fecho*.

A retomada do que se solicitava, de forma mais objetiva no espaço formalmente marcado, podia se dever à necessidade de clareza, já que os manuscritos tendem à obscuridade de sentido. Como isso não ocorre mais hoje, pode-se deduzir que a repetição tenha se perdido como resultado da objetividade ganha com a entrada da TD na tecnologia do impresso, ficando o contexto reduzido a uma parte apenas.

7.2.Mudança do verbo e da ordem no *contexto*

Tal como se observa na amostra do requerimento do século XX, o verbo que define a natureza dessa TD é *requerer* materializado na forma *requer*. No século XVIII, sobressai **diz/dizem..** Complementando esse conjunto de alterações, há ainda a ordem. Um elemento do contexto, que antes iniciava o texto, vai ser deslocado para a frente em função

do crescimento da ordem direta¹⁰, estabelecendo-se com maior clareza as partes da superestrutura. Assim *diz fulano de tal* passa a *fulano de tal requer*. Na medida em que o verbo inicial é substituído pelo nome do requerente, este passa a ocupar a primeira posição, desaparecendo o “que”, tão característico no século XVIII.

Observa-se que, de uma estrutura de discurso indireto (**diz/dizem**) – porque provavelmente era o escrivão quem redigia em nome do “suplicante” – se passou a uma estrutura do tipo tema-rema (fulano requer). Na verdade, o discurso indireto não é tão diferente da sequência tema-rema. A diferença reside no fato de que a parte inicial do contexto, onde aparece o *diz/dizem...*, serve como espaço de explicitação e argumentação, ficando o que se quer requerer na parte final do contexto encabeçada por **P.** Considerando-se que aí se tem uma elipse do nome do requerente, é fácil se deduzir que a estrutura subjacente “nome elíptico + verbo (**P.**)” é a mesma que temos hoje (**Pede deferimento**), podendo ter servido inclusive de modelo para a atual, embora **P.** seja hoje uma fórmula terminal, como se viu acima.

8. Uma inovação: os semi-impressos

Chartier (2002, p. 84) fala de semi-impressos, ao se referir às hibridações, que manuscrito e impresso propiciam. O autor se refere aos documentos que apresentam modelos prontos impressos e com espaço em branco para que os usuários preencham os espaços vazios. Mais recentemente, há os casos em que os modelos trazem também o objeto de requerimento, ou seja, na parte chamada de “contexto”, há uma lista de temas, que o requerente escolhe, assinalando com um “x”. Há, por outro lado, em tais formulários, um espaço reservado no verso para que, no caso em que o assunto não esteja previamente indicado na lista dos temas, o requerente o indique do próprio punho. Nesse caso, é possível dizer que, no Brasil, os manuscritos deram lugar aos impressos e, num terceiro momento, surgiram os semi-impressos, denominação preferida neste trabalho, como na amostra publicada Ney (1976, p.175):

21) Ilm.º Sr. (autoridade competente par decidir sobre o pedido de parcelamento).

CONTRIBUINTE:

Inscrição no C.G.C. :

I – Débito apurado por iniciativa da fiscalização do Imposto.....através do Auto de Infração ou Notificação n.º, objeto deste pedido de parcelamento no valor de Cr\$......(extenso).

II – Débito não apurado pelo fisco espontaneamente denunciado pelo requerente, decorrente do Imposto.....// a //, no valor total de Cr\$......(por extenso).

Requer o pagamento desse débito emprestações, de acordo com o disposto no art. 11, do Decreto n.º 352-68, esclarecido que os termos desta petição constituem confissão irretratável da dívida e que esta será garantida por Notas promissória a serem emitidas a favor da Fazenda Nacional em número e valores iguais aos das parcelas subseqüentes à primeira.

¹⁰ Berlinck (1989) detectou a preferência ainda no século XVIII da ordem V SN e sua diminuição nos séculos seguintes.

Pede deferimento
Localidade e data
Assinatura do contribuinte ou seu representante legal. *Diário
Oficial de 19-11-1968.*

9. Conclusão

Este trabalho pretendeu trazer um tema raro à discussão: o requerimento do século XVIII. Documento muito usual nas repartições públicas atuais, essa TD nunca foi objeto de preocupação. Devido à natureza do texto aqui investigado, o estudo não permite grandes incursões na linha teórica adotada, mas permite perceber que um texto com significativas passagens formulaicas sofre também, ao longo do tempo, modificações.

Por outro lado, como o século XVIII tem sido muito pouco estudado dentro de uma história da língua portuguesa no Brasil, o estudo aqui apresentado entra num campo muito interessante para o desenvolvimento linguístico. De um lado, trata-se de uma sociedade em que o uso do oral tem muito peso. De outro, trata-se de uma cultura do manuscrito. O interessante é saber em que medida o que aqui se observa pode, ao lado de outros estudos, fornecer elementos para se entender a relação entre história da língua e as tecnologias envolvidas, como se ressaltou na introdução.

Além disso, dois passos importantes ainda podem ser dados nesta pesquisa. Um primeiro, em continuidade ao estudo da mudança, deve completar as informações do século XIX, importante para a compreensão desse processo. Um segundo passo diz respeito aos aspectos da organização textual, que envolve a pontuação, dentre outros pontos.

10. Referências

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 28ª ed. Cursos de 1º e 2º graus. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1983.

BERLINCK, Rosane de A. A Construção V SN no Português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, Fernando (org.). **Fotografias Sociolingüísticas**. São Paulo, Pontes, 1989. pp. 95-112.

BHATIA, Vijay K **Analysing Genre**. Language Use in Professional Settings. London/New York, Longman, 1993.

BRINKER, Klaus. **Linguistische Textanalyse**. Berlin, Erich Schmidt Verlag, 1995.

CHARTIER, Roger. **Os Desafios da Escrita**. São Paulo, UNESP, 2002.

CHERUBIM, Dieter. Zum Programm einer historischen Sprachpragmatik. In: Sita, Horst (Hg.). **Ansätze zu einer pragmatischen Sprachgeschichte**. Zürcher Kolloquium 1978. Tübingen, Niemeyer, 1980. pp. 3-22.

COSERIU, Eugenio. **Einführung in die Allgemeine Sprachwissenschaft**. 2a. ed. Tübingen, Francke, 1992.

DOOLEY, Robert. A. / LEVINSOHN, Stephen H. **Análise do Discurso**. Conceitos Básicos em Lingüística. Petrópolis, Vozes, 2003.

GÖRLACH, Manfred. **New Studies in the History of English**. Heidelberg, Winter, 1995.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Guia Redacional dos Serviços Públicos**. Recife, Secretaria de Desburocratização, 1986².

HEINEMANN, Wolfgang/VIEHWEGER, Dieter. **Textlinguistik. Eine Einführung**. Tübingen, Niemeyer, 1991.

KOCH, Peter. Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: Frank, Barbara et alii (Hrsg.). **Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit**. Tübingen, Narr Verlag. 1997. pp. 43-79.

MARTINS, Oliveira. **História de Portugal**. 2ª. ed. Mira Sintra/ Mem Martins. Publicações Europa-América, (s/d).

MENDONÇA, Neide. **Como Simplificar Textos Administrativos**. São Paulo, Pioneira, 1987.

REBOUL, Anne / MOESCHLER, Jacques. **La Pragmatique aujourd'hui**. Une nouvelle science de la communication. Éditions de Seuil, 1998.

NEY, João L. **Prontuário de Redação Oficial**. 10ª. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1976.

PESSOA, Marlos de B. **Algumas comparações entre manuscritos e impressos brasileiros (séc. XVIII e XIX)**. Texto apresentado no Colóquio sobre aspectos sincrônicos e diacrônicos do Português Brasileiro. Blaubeuren, 4-6/07/2003, 2003.

SILVEIRA, M. I. Matoso. **Estudo sócio-retórico do ofício** - gênero textual da correspondência oficial e empresarial. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Letras da UFPE, 2002.

VAN DIJK, Teun A.. **Textwissenschaft**. Tübingen, Niemeyer, 1980.

VATER, Heinz **Textlinguistik. Struktur, Thema und Referenz in Texten**. München, Fink, 1992.

WIDDOWSON, H. G. **O Ensino de Línguas para a Comunicação**. São Paulo, Pontes, 1991.

WILHELM, Raimund. **Italienische Flugschriften des Cinquecento (1550-1550)**. Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1996.

_____. Diskurstraditionen. In: Haspelmath, Martin et alii (eds.) **Sprachtypologie und sprachliche Universalien**. Berlin, De Gruyter. 1. Halbband, 2001. pp. 467-477.

YULE, George. **Pragmatics**. Oxford, Oxford University Press, 1998.